



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 950/2018–ML

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 28.791/2016-e

EMENTA: 1. REPRESENTAÇÃO. SINDICATO DOS SERVIDORES INTEGRANTES DA CARREIRA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS DO DISTRITO FEDERAL – SINDAFIS/DF. CANCELAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DOS SERVIDORES COM ESPECIALIDADE EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA E LOTAÇÃO NA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES/DF. DECISÃO Nº 5.486/2016. CONHECIMENTO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS À SES/DF. DECISÃO Nº 2.792/2017. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CAUTELAR INCIDENTAL. REITERAÇÃO À SES/DF. MANIFESTAÇÃO DA JURISDICIONADA. AÇÃO JUDICIAL SOBRE A MATÉRIA TRANSITADA EM JULGADO NO ÂMBITO DO **TJDFT**. DECISÃO Nº 158/2018. DILIGÊNCIA. ANÁLISE.

2. A UNIDADE TÉCNICA SUGERE A **PROCEDÊNCIA PARCIAL** DA INICIAL.

3. PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF.

1. Tratam os autos do processo em epígrafe de representação formulada pelo Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal – SINDAFIS/DF acerca de possível irregularidade no cancelamento do adicional de insalubridade dos servidores – especialidade vigilância sanitária – lotados na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

2. Em 13/6/2017, o c. **Plenário** deste e. **TCDF** deliberou, por meio da r. Decisão nº 2.792/2017 (peça 25), conforme a seguir:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos e-docs F2109392-c (peça 15), 5F2F4603-c (peça 16), 7F4C1685-c (peça 17) e 86C08501-c (peça 19); II – deferir, com fundamento no art. 136 do RI/TCDF, a sustentação oral requerida (peça 15), alertando os interessados de que a notificação será realizada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do julgamento de mérito da representação em apreço; III – indeferir o pedido cautelar incidental pleiteado pelo Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal – SINDAFIS (peça 19); IV – reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente os esclarecimentos de que trata o item III da Decisão nº



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

5.486/2016, em especial quanto à potencial distinção de tratamento dado aos integrantes da carreira de fiscalização de atividades urbanas, visto que, pelo que se alega, o cancelamento do adicional de insalubridade teria se dado apenas para uma parte dos servidores, mantendo a vantagem para os demais; V – alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF quanto à possibilidade de vir a ser sancionada em caso de novo descumprimento, sem causa justificada, da diligência requerida, nos termos do art. 57, inc. IV, da Lei Complementar nº 1/1994; VI – autorizar: a) o encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator à jurisdicionada, para subsidiar o atendimento do previsto no item IV; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para a adoção das providências devidas.”
(Grifos acrescidos).

3. Em cumprimento à determinação contida no item IV do r. **Decisum** supra, a SES/DF encaminhou a este e. **Tribunal** o Ofício SEI-GDF nº 542/2017-SES/GAB (peça 31), de 1º/9/2017, o qual, em breves linhas, informou que o Processo nº 17.175/2015-TCDF resultou no cancelamento do adicional de insalubridade dos servidores mencionados na exordial daqueles autos.

4. Este Órgão Ministerial de Contas, mediante o Parecer nº 948/2017-ML, a fim de verificar a eventual procedência das alegações, requereu a realização de inspeção pelo zeloso Copo Técnico.

5. Na última assentada de mérito sobre a **quaestio**, esta c. **Corte** proferiu a r. Decisão nº 158/2018 nos seguintes termos:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos expedientes de peças 30 e 31, encaminhados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES; II – considerar parcialmente cumprida a diligência determinada no item III da Decisão nº 5.486/2016 e reiterada no item IV da Decisão nº 2.792/2017; III – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES que se abstenha de efetuar novos cancelamentos/suspensões de adicional de insalubridade relacionados aos servidores integrantes da carreira de fiscalização de atividades urbanas – especialidade vigilância sanitária, até ulterior determinação desta Corte; IV – determinar a realização de inspeção na jurisdicionada, em caráter de urgência, a fim de se obter apropriadas evidências acerca da procedência ou não dos fatos narrados na Representação, em especial para que se elucidem as seguintes questões: a) se o procedimento administrativo que resultou na suspensão do pagamento do adicional de insalubridade aos servidores integrantes da carreira de fiscalização de atividades urbanas – especialidade vigilância sanitária, de fato, observou a legislação de regência, notadamente a Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e o Decreto Distrital nº 34.023/2012; b) se há servidores integrantes da carreira de fiscalização de atividades urbanas – especialidade vigilância sanitária, os quais estejam submetidos a semelhante situação de salubridade e contexto laboral, recebendo tratamento distinto quanto à concessão do adicional de insalubridade; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para as providências de sua alçada.” (Grifos acrescidos).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

6. Em atenção à determinação contida no item IV, a Unidade Técnica solicitou à SES/DF, por meio de Nota de Inspeção (peça 48), diversos documentos e informações com o objetivo de *“obter apropriadas evidências acerca da procedência ou não dos fatos narrados na Representação SINDAFIS/DF, objeto do processo retro”*.

7. Em resposta, aquela Secretaria de Estado de Saúde encaminhou o Ofício SEI-GDF nº 862/2018 – SES/GAB (peça 49) a este e. **TCDF**, o qual continha, além de algumas das informações demandadas, a solicitação de **prorrogação de prazo** para o devido cumprimento da demanda, tendo sido atendida e concedida pelo e. **Plenário** em sua r. Decisão nº 2.188/2018 (peça 52).

8. Assim, como forma de complementação aos esclarecimentos acima, a SES/DF enviou os Ofícios SEI-GDF nºs 969/2018 e 1.741/2018 – SES/GAB (peça 55), contendo os processos de concessão (e exclusão, quando o caso) do adicional de insalubridade dos servidores Ana Célia Fonteles, Andréa Filter, Ilma Raquel Fernandes Camargo Farias, André Godoy Ramos, Daniel Lima da Silva, Agda Cristina da Silva Takada, Rozeneire Oliveira Neves e Rosemary Sucupira Lei de Sousa.

9. Após analisar o teor dos novos expedientes acostados aos autos, a Unidade Técnica concluiu seu exame, por intermédio da Informação (peça 57), em breves linhas, da seguinte forma:

“(…)

36. Assim, *entende-se que as representações em análise devem ser julgadas parcialmente procedentes, apenas quanto a existência de servidores, aparentemente submetidos à semelhante situação de salubridade e contexto laboral, recebendo tratamento distinto quanto ao pagamento do adicional de insalubridade, o que será resolvido com a conclusão do procedimento de revisão dos LTCATs. Considerando que esse procedimento de revisão e seu acompanhamento são objeto do Processo nº 34100/2015, deixa-se de sugerir providências a respeito nos presentes autos.*

37. Por fim, *cumprir registrar nos casos de certeza quanto à cessação do risco ou de o servidor ter sido afastado do local ou atividade que deu origem à concessão, o pagamento do adicional deve ser suspenso, conforme dispõe o art. 54 do Decreto nº 34.023/2012, sob pena de afronta à Lei Complementar nº 840/2011.*”
(Grifos acrescidos).

10. Ao final, o Corpo Técnico sugeriu ao e. **Plenário**:

“I. ter cumprida a Decisão nº 158/2018;

II. considerar parcialmente procedentes as representações em análise, apenas no tocante à existência de servidores, aparentemente submetidos à semelhante situação de salubridade e contexto laboral, recebendo tratamento distinto quanto ao pagamento do adicional de insalubridade;

III. deixar, excepcionalmente, de determinar providências quanto ao item anterior, uma vez que a resolução da mencionada impropriedade ocorrerá com a conclusão do procedimento de revisão dos LTCATs, o que já está sendo adotada pela SEPLAG e pela



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

SES, e é objeto de acompanhamento por este Tribunal no Processo nº 34100/2015, sem prejuízo de alertar a SES que o pagamento do adicional deve ser suspenso 'quando cessar o risco ou o servidor for afastado do local ou atividade que deu origem à concessão', nos termos do art. 54 do Decreto nº 34.023/2012;

IV. dar ciência da decisão que vier a ser proferida nos presentes autos às representantes, à SES e à SEPLAG; e

V. autorizar o arquivamento do presente feito."

11. É o breve relato dos fatos. Passo à análise do presente feito.
12. Prefacialmente, cumpre registrar que este membro do **Parquet** de Contas possui entendimento **congruente** ao esposado pela Unidade Técnica, mormente por considerar que há determinados servidores integrantes da carreira que continuam recebendo o adicional malgrado outros, que exercem as mesmas atividades, com a mesma lotação, inclusive, não percebam tal parcela.
13. Sobre o assunto, cumpre trazer à baila os principais excertos do documento técnico da percuciente Divisão de Acompanhamento, seguidos da correspondente manifestação deste **Ministério Público de Contas**:

"(...)

DO MÉRITO

20. Diante dos documentos e esclarecimentos apresentados, passa-se a análise do mérito das presentes representações.

21. Preliminarmente, cumpre observar que, conforme posicionamento do i. Relator, Conselheiro Márcio Michel, colacionado no parágrafo 13 desta informação, acolhido por meio da Decisão nº 158/2018, **o pedido para que fosse restabelecido o pagamento do adicional de insalubridade restou fulminado pela decisão judicial proferida na Ação nº 2015.01.1.122072-3, transitada em julgado.**

22. Também conforme o i. Relator, na mesma oportunidade, **pende de análise apenas 'eventual inequidade do pagamento do adicional de insalubridade', ou seja, se existe afronta ao princípio da igualdade por parte da jurisdicionada, diante da aparente manutenção do pagamento do referido adicional a parte de servidores do mesmo cargo e lotados no mesmo lugar daqueles que tiveram o mencionado pagamento excluído.**

23. Analisando os **9 (nove) processos encaminhados** pela jurisdicionada, é possível constatar que **nos 6 (seis) casos em que houve a atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, todos referentes à servidores lotados no Núcleo de Inspeção de Brasília, concluiu-se que os interessados (Andréa Filter, Ana Célia Alencar Fonteles, Ilma Raquel Fernandes Camargo Farias, Agda Cristina da Silva Takada, Rozineire Oliveira Neves e Rosemary Sucupira Leite de Sousa) não faziam jus ao adicional de insalubridade, motivo porque essa parcela foi excluída da remuneração dos mesmos, situação que permanece, conforme consulta feita ao SIGRH.**

24. Nos outros **3 (três) processos**, de interesse de Alessandra Peres Pinheiro Domingues, André Godoy Ramos e Daniel Lima da Silva (servidores lotados em locais diferentes dos 6 (seis) mencionados no parágrafo anterior) **não houve a atualização do**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

LTCAT e, portanto, o adicional de insalubridade continua sendo pago, conforme consulta feita ao SIGRH. Diante da inexistência de novo LTCAT, não é possível afirmar que tal pagamento está incorreto.

25. Nos casos em que houve a revisão do LTCAT, que resultou na exclusão do adicional de insalubridade, observa-se não existir qualquer afronta aos princípios da ampla defesa ou do contraditório, uma vez que, em todos, os interessados foram devidamente notificados da conclusão do LTCAT, apresentaram recursos administrativos e estes foram devidamente analisados pela Administração.

26. Portanto, quanto à questão levantada na alínea 'a' do item IV da Decisão nº 158/2018, restou claro que o procedimento administrativo que resultou na suspensão do pagamento do adicional de insalubridade aos servidores integrantes da carreira de fiscalização de atividades urbanas – especialidade vigilância sanitária, de fato, observou a legislação de regência, notadamente a Lei Complementar Distrital nº 840/2011 e o Decreto Distrital nº 34.023/2012.

27. Por outro lado, também em consulta ao SIGRH, foi possível constatar que apesar de os 6 (seis) servidores mencionados anteriormente não receberem atualmente o adicional de insalubridade, em razão dos novos LTCATs, existem outros lotados no mesmo local, Núcleo de Inspeção de Brasília, por exemplo, que continuam recebendo essa parcela, como no caso de Cláudio Lúcio Xavier Costa (matr. 14012871) e Adriana Alves de Rezende (1401288X).

28. Assim, no tocante à questão apresentada na alínea 'b' do item IV da Decisão nº 158/2018, há servidores integrantes da carreira de fiscalização de atividades urbanas – especialidade vigilância sanitária, os quais estão aparentemente submetidos a semelhante situação de salubridade e contexto laboral, recebendo tratamento distinto quanto à concessão do adicional de insalubridade.

29. As informações apresentadas nos presentes autos indicam que essa impropriedade é decorrente da existência de concessões que ainda não tiveram o LTCAT revisto, como ocorre, por exemplo, com os 3 (três) processos mencionados no parágrafo 24 desta informação.

30. Isso demandaria esclarecimentos e adoção de providências por parte da jurisdicionada, no sentido de proceder, o mais rápido possível, a revisão de todos os LTCATs, de modo a cessar qualquer pagamento indevido do adicional de insalubridade.

31. Entretanto, essa questão já foi deliberada no Processo nº 34100/2015, que tratou de auditoria para verificar a regularidade, para todas as carreiras, dos pagamentos dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade junto à SES e à SE, conforme já comentado.

32. Atendendo aos procedimentos de auditoria iniciados no mencionado Processo nº 34100/2015, começaram a ser atualizados os LTCATs da SES em 2015.

33. Por meio do item II da Decisão nº 1738/2017, proferida naquele processo, foi determinado à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão que, tendo em conta o disposto no Decreto nº 36.561/2015, procedesse, nas Secretarias de Saúde e de Educação, a revisão geral dos pagamentos dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade, para averiguar a conformidade com a regulamentação em vigor.

34. Ao analisar o cumprimento dessa diligência, esta Secretaria, naquele feito, apresentou as seguintes informações (e-DOC E977363A):

11. Passa-se, então, a análise das providências noticiadas pelas secretarias no que tange às determinações da Decisão nº 1738/2017.

Decisão nº 1738/2017



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

...

II – determinar à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão que: a) tendo em conta o disposto no Decreto nº 36.561/2015, proceda, nas Secretarias de Saúde e de Educação, a revisão geral dos pagamentos dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade, para averiguar a conformidade com a regulamentação em vigor, dando ciência ao Tribunal, em 60 (sessenta) dias, atentando para as seguintes diretrizes: 1 - apurar a existência ou não de Laudos Técnicos das Condições Ambientais do Trabalho – LTCATs atualizados que embasem os referidos pagamentos, especialmente no tocante aos fatores nocivos existentes no ambiente laboral e ao grau de exposição aos riscos, regularizando aqueles que não atendam à legislação vigente; 2 - priorizar, nessa verificação, os servidores das Carreiras de Assistência Pública à Saúde, Assistência à Educação e do Magistério do Distrito Federal, bem como aqueles lotados em setores de apoio administrativo, protocolo, arquivo, documentação, cadastro, pessoal, unidades escolares e outros em que, a princípio, as atividades não envolveriam atuação em ambientes insalubres ou perigosos;

12. A SEPLAG relata que até 24/11/2017, data do Relatório SEI-GDF nº 2/2017 – SEPLAG/SUGEP/ASSESP, foram atualizados 4.108 (quatro mil cento e oito) LTCATs pela Gerência de Segurança do Trabalho – GST, restando 20.420 (vinte mil quatrocentos e vinte) a serem revistos (fls. 544 e 602).

13. Dada a significativa quantidade envolvida, o grupo de trabalho das três secretarias, de início, buscou estabelecer a melhor metodologia para agilizar a revisão dos processos de concessão de Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade dos servidores da Secretaria de Saúde e de Educação.

14. Optou-se por alocar 15 (quinze) servidores da GST unicamente para essa atividade, com a utilização de 8 (oito) veículos em tempo integral para as inspeções in loco. Também seriam destacados até dois servidores para cada Hospital ou Unidades de Saúde.

15. A meta individual seria rever 125 (cento e vinte e cinco) laudos por mês, o que resultaria no total mensal de 1.875 (um mil oitocentos e setenta e cinco).

16. O cronograma elaborado prioriza ainda as carreiras e lotações determinadas.

17. Se os objetivos estipulados pelo grupo de trabalho fossem efetivamente cumpridos, o procedimento, na SES, seria finalizado em 31/10/2018 e, na SE, em 30/12/2017 (fl. 602).

18. Em consonância com o Ofício nº 2298/2017-GAB/SE, de 27/12/2017 (fl. 691), e os Despachos SEI-GDF SEE/GAB/SUGEP/COPRE de 13/12/2017 (fl. 693), 15/12/2017 (fl. 694) e 18/12/2017 (fl. 695), foram finalizados os trabalhos de apuração na SE (fls. 554/561) e os Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade daqueles servidores que a eles não faziam jus seriam excluídos na folha de pagamento de janeiro de 2018.

19. A SES não deu notícias sobre o andamento da atualização dos laudos técnicos.

35. Diante da constatação de que não foi concluído o procedimento de atualização dos LTCATs na SES, este e. Tribunal, acolhendo voto do Relator, mesmo dos presentes autos, por meio do item V da recente Decisão nº 3799/2018, proferida na SO nº 5059, de 02.08.2018, deliberou nos seguintes termos:

(...) V – autorizar a verificação em futura auditoria: a) dos trabalhos de atualização e revisão dos Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho – LTCATs da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, bem como da implantação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA nas unidades e órgãos da SES/DF e da SE/DF; (...)" (Grifos acrescidos).

14. Dos trechos acima destacados, verifica-se que os indícios de irregularidades apontados na exordial **se confirmaram**, posto que havia servidores lotados na SES/DF exercendo atividades congêneres ou, ainda, que compartilhavam o mesmo local de trabalho, mas apenas alguns seguiam percebendo o debatido adicional de insalubridade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

15. Ocorre que as Representações de lavra da SINDAFIS (peças 1 e 7) pleitearam o **restabelecimento do pagamento do adicional de insalubridade** aos servidores integrantes da Carreira de Auditoria e Fiscalização e Atividades Urbanas do DF, especificamente da especialidade Vigilância Sanitária, bem como para que fossem **tornados sem efeito os LTCATs** emitidos para embasar o cancelamento do pagamento do referido adicional.

16. Consoante bem pontuado pelo Corpo Instrutivo, **não há se falar em restabelecimento do pagamento do adicional de insalubridade**, na forma pleiteada na exordial, tendo em conta o quanto deliberado pelo e. **TJDFT** na Ação nº Ordinária nº 2015.01.1.122072-3, que **transitou em julgado** em 8/6/2017.

17. Neste ponto, convém repisar que, no entendimento deste **MPC/DF**, é fato incontroverso que, diante do que restou decidido no âmbito do Poder Judiciário, os substituídos pelo SINDAFIS-DF *“não fazem jus ao restabelecimento do adicional de insalubridade, em face da ausência de habitualidade e permanência no contato com os agentes nocivos à saúde do servidor, reputando-se revestido de legalidade a cessação da aludida vantagem pecuniária”*.

18. Lado outro, diante da **competência constitucional** desta c. **Corte de Contas** para o **exercício do controle externo**, garantido pela incontroversa **independência de instâncias**, as irregularidades narradas, sob a ótica não examinada no Poder Judiciário, devem ser apreciadas por este e. **TCDF**, sem que isso possa caracterizar descumprimento de decisão judicial.

19. Nesse contexto, verifico que **há situações irregulares** no que tange ao **tratamento distinto no pagamento** do supracitado adicional, aparentemente decorrente da existência de concessões que não tiveram o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT revisto, o que demandaria a realização de novas diligências à jurisdicionada; contudo, consoante bem pontuado pelo Corpo Instrutivo, essa revisão e o seu devido acompanhamento são objeto do Processo nº 34.100/2015, que versa sobre auditoria levada a efeito para verificar a regularidade dos pagamentos dos adicionais de insalubridade e periculosidade para todas as carreiras da SES/DF e da Secretaria de Estado de Educação do DF.

20. Inclusive, conforme destacado alhures, especificamente quanto à questão relacionada à atualização e revisão dos LTCATs, este e. **Tribunal** já autorizou a verificação de tais pontos por meio de auditoria específica.

21. Destarte, **em comunhão** com o entendimento propugnado pela Área Técnica, **considero que não subsistem providências adicionais** a serem adotadas no presente processo acerca desse assunto, motivo pelo qual **coaduno** com a sugestão de **alertar** a SES/DF que o pagamento adicional deva ser suspenso *“quando cessar o risco ou o servidor for afastado do local ou atividade que deu origem à concessão”*, nos exatos termos do art. 54 do Decreto nº 34.023/2012.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

22. Ante o exposto, este membro do **Parquet** especializado **converge** com as conclusões alcançadas pela Área Técnica e, nesse sentido, **opina** ao e. **Plenário** que acate as sugestões contidas na Informação (peça 57) da Divisão de Acompanhamento.

É o Parecer.

Brasília, 31 de outubro de 2018.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador